

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.662 - RS (2019/0274745-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE** : **RODOLFO JUNQUEIRA LOPES**  
**ADVOGADOS** : **PAULO LUIZ PEREIRA - RS051771**  
 : **EVERSON PRANKE LOUZADA - RS076415**  
**EMBARGADO** : **CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL**  
**ADVOGADOS** : **JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA - SC011985**  
 : **MARIANA FERREIRA MACHADO - RS105006**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por RODOLFO JUNQUEIRA LOPES à decisão monocrática desta relatoria de fls. 548-549 (e-STJ), a qual não conheceu do agravo em recurso especial interposto pela parte contrária, bem como majorou os honorários advocatícios sucumbenciais devidos ao procurador do ora embargante para R\$ 3.308,00 (três mil, trezentos e oito reais), com supedâneo no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Em suas razões recursais (e-STJ, fls. 551-553), a parte embargante alega: *a*) erro material da decisão ao referir a parte então agravante como sendo terceiro, em vez da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI; e *b*) omissão no tocante aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015 por ocasião da majoração dos honorários advocatícios, com base no § 11 do mesmo artigo, ao argumento de o montante arbitrado ser ínfimo, não atingido o patamar de 10%, requerendo a majoração para R\$ 6.160,00 (seis mil, cento e sessenta reais), o dobro do valor fixado na origem (de R\$ 3.080,00).

Impugnação não apresentada (e-STJ, fl. 557).

É o relatório. Decido.

Razão assiste à parte embargante.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide em decorrência do mero descontentamento

da parte com o resultado do julgamento.

Nesse sentido:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. INEXISTÊNCIA. NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS REJEITADOS.*

*1. O juízo provisório de admissibilidade do recurso especial realizado pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça, a quem compete a apreciação definitiva dos pressupostos desse recurso. Precedente.*

*2. O acórdão embargado não contém omissão, obscuridade ou contradição, uma vez que foi dirimida a questão pertinente ao litígio, limitando-se a parte embargante a utilizar os aclaratórios com o escopo de revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente.*

*3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura negativa de prestação jurisdicional.*

*4. Embargos de declaração rejeitados.*

*(EDcl no AgInt no REsp 1737181/PR, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2019, DJe 13/03/2019)*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTENDO A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO EXECUTADO PARA EXCLUIR A VERBA HONORÁRIA DA CONDENAÇÃO. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE.*

*1. Não ocorrentes as hipóteses insertas no art. 1022 do CPC, tampouco equívoco manifesto no julgado recorrido, não merecem acolhida os embargos que se apresentam com nítido caráter infringente, por via dos quais se objetiva rediscutir a causa, já devidamente decidida. 2. A contradição que autoriza os embargos de declaração é aquela interna ao acórdão, verificada entre a fundamentação do julgado e a sua conclusão, e não aquela que possa existir, por exemplo, com a prova dos autos, nem a que porventura exista entre a decisão e o ordenamento jurídico; menos ainda a que se manifeste entre o acórdão e a opinião da parte vencida.*

*3. Não incidem honorários sucumbenciais recursais na hipótese,*

*pois não há um "acréscimo de sucumbência no grau recursal" ante a interposição do recurso de agravo interno ou embargos de declaração, porquanto gravitam esses reclamos no mesmo nível recursal daqueles que promovem a abertura da instância, motivo pelo qual incabível a majoração estabelecida no art. 85, § 11 do NCPC.*

*4. Embargos de declaração rejeitados.*

*(EDcl no AgRg no AREsp 539.673/PR, Rel. **Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA**, julgado em 06/02/2018, DJe 23/02/2018)*

No caso dos autos, **houve erro material** na decisão ora embargada ao declinar o nome da parte então agravante, a qual realmente foi a CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI e não como lá constou.

Quanto à majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais, efetuada com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, embora não tenha ocorrido omissão quanto à aplicação do § 2º do mesmo artigo, **constata-se erro material sobre o valor arbitrado**.

Com efeito, os honorários advocatícios devidos ao procurador da parte ora embargante **foram fixados pelas instâncias ordinárias no valor determinado de R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais)**.

Além disso, não se trata de pretensão recursal de revisão de honorários advocatícios sucumbenciais, mas apenas de **majoração, de ofício, dos honorários advocatícios em virtude do não conhecimento do agravo em recurso especial** interposto pela parte contrária ("*honorários recursais*"), contra decisão publicada após o início da vigência do Código de Processo Civil de 2015 (25/6/2019), nos termos do § 11 do art. 85 do CPC/2015.

Desse modo, observado o trabalho desenvolvido nesta fase recursal, considera-se adequada a majoração em montante equivalente a 10% do valor já fixado, o que resulta em R\$ 3.388,00 (três mil, trezentos e oitenta e oito reais), em vez do valor apontado na decisão ora embargada (R\$ 3.308,00 – três mil, trezentos e oito reais).

Cumprе destacar que esta fixação é efetuada em valor determinado seguindo mesma forma adotada na origem e observa o entendimento da Segunda Seção desta Corte

sobre a disciplina do art. 85, § 11, do CPC/2015 – que regula o "arbitramento de honorários recursais" –, consolidado por ocasião do julgamento AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 19/10/2017, nos termos seguintes:

***É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso. Não haverá honorários recursais no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração apresentados pela parte que, na decisão que não conheceu integralmente de seu recurso ou negou-lhe provimento, teve imposta contra si a majoração prevista no § 11 do art. 85 do CPC/2015.***

*Com a interposição de embargos de divergência em recurso especial tem início novo grau recursal, sujeitando-se o embargante, ao questionar decisão publicada na vigência do CPC/2015, à majoração dos honorários sucumbenciais, na forma do § 11 do art. 85, quando indeferidos liminarmente pelo relator ou se o colegiado deles não conhecer ou negar-lhes provimento.*

*Quando devida a verba honorária recursal, mas, por omissão, o Relator deixar de aplicá-la em decisão monocrática, poderá o colegiado, ao não conhecer ou desprover o respectivo agravo interno, arbitrá-la ex officio, por se tratar de matéria de ordem pública, que independe de provocação da parte, não se verificando reformatio in pejus.*

***Da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo.***

*É dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal, que será considerado, no entanto, para quantificação de tal verba.*

Ante o exposto, **acolho** os embargos de declaração, para sanar a decisão recorrida a fim de constar: i) CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI como a parte agravante; e ii) a majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais devidos ao procurador da parte agravada, ora embargante, de

# *Superior Tribunal de Justiça*

R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais) para R\$ 3.388,00 (três mil, trezentos e oitenta e oito reais), com supedâneo no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator